



## PROCURADOR MUNICIPAL

Código da prova

PROVA TIPO:

**D**



Você recebeu a **PROVA TIPO "D"**, marque no **CARTÃO RESPOSTA** conforme abaixo. A marcação é indispensável para a correção de seu cartão.



Atenção: Transcreva, em espaço determinado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS, a seguinte palavra-chave:

# GOVERNANÇA

### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:


1. Este caderno contém 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D). A duração máxima da prova será de 4 (quatro) horas, já incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta. O horário de início será registrado em sala, contando a partir da distribuição dos cadernos e da autorização do(a) aplicador(a).
2. Confira a sequência de questões no caderno de provas e certifique-se de que corresponde ao cargo para o qual você está concorrendo. Caso identifique problemas de impressão ou qualquer defeito que comprometa a realização da prova, solicite a substituição em até 10 minutos após o início. Reclamações realizadas após esse prazo não serão aceitas.
3. A interpretação das questões e instruções é parte da prova, cabendo exclusivamente ao(à) candidato(a). Aplicadores e fiscais não estão autorizados a esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das provas/questões. Eventuais questionamentos devem ser apresentados no período destinado à interposição de recursos.
4. O cartão de respostas será entregue 30 minutos após o início da prova e deverá ser obrigatoriamente assinado pelo(a) candidato(a) no campo indicado como "**ASSINATURA**", utilizando caneta esferográfica preta ou azul.
5. Assinale no seu cartão resposta a opção correta (A, B, C ou D). Não se esqueça de **transcrever a palavra-chave no campo indicado, conforme solicitado**. **Atenção:** cartões de resposta que não identificarem corretamente o tipo de prova e/ou a palavra-chave não serão identificados para correção.
6. Questões com mais de uma alternativa marcada, rasuradas ou em branco serão anuladas. Preencha o cartão de respostas com cuidado, pois não haverá substituição por erro do(a) candidato(a)
7. Ao concluir a prova ou atingir o horário limite para sua realização, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar seu cartão de respostas devidamente **ASSINADO** ao aplicador(a) de sala. O não cumprimento dessa obrigação resultará na **ELIMINAÇÃO** do candidato, que ficará desclassificado para este concurso público, sem direito a qualquer classificação.
8. **Atenção!** Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.
9. O caderno de prova só poderá ser levado pelo(a) candidato(a) após **180 (cento e oitenta) minutos do início das provas**.
10. É proibida a consulta a qualquer material, o uso de telefone celular ou outros dispositivos eletrônicos, além de outras condutas previstas nos subitens 14.11 e 14.13 do Edital nº 001/2025.
11. Após o término da prova, o(a) candidato(a) deverá deixar imediatamente o recinto da mesma, sendo **terminantemente proibido** fazer contato com os(as) candidatos(as) que ainda não terminaram a prova sob pena de ser excluído do concurso público.
12. O desrespeito às normas que regem o presente concurso público, bem como, a desobediência às exigências registradas no edital, além de sanções legais cabíveis implica na desclassificação do(a) candidato(a).
13. Os **dois últimos candidatos** ao terminarem as provas deverão retirar-se da sala simultaneamente, após testemunharem o fechamento (lacre) do envelope de provas, assinando a Ata Relatório.
14. Após a publicação dos gabaritos preliminares da prova objetiva, disponível na página do concurso no site [www.idesg.org.br](http://www.idesg.org.br), conforme o cronograma do edital nº 001/2025, o(a) candidato(a) poderá interpor recurso à banca examinadora caso identifique erro na formulação das questões ou no gabarito preliminar, observando as regras do item 16 do edital nº 001/2025.

**BOA PROVA!!!**

# ATENÇÃO!!!

- O CARTÃO DE RESPOSTAS ABAIXO É PARA SER UTILIZADO SOMENTE COMO **RASCUNHO**.
- AO RECEBER O CARTÃO DE RESPOSTAS DEFINITIVO, CONFIRA ATENTAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME, CARGO E NÚMERO DE INSCRIÇÃO). EM SEGUIDA, ASSINE NO LOCAL INDICADO E MARQUE O TIPO DE CADERNO DE PROVAS QUE VOCÊ RECEBEU.

**CARTÃO DE RESPOSTAS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES**  
**PROCURADORIA GERAL**  
*Preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva.*

Nome: \_\_\_\_\_  
 Cargo: \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_  
 Nº de inscrição: \_\_\_\_\_ Data: 23/11/2025 Turno: \_\_\_\_\_

\* Marcar apenas uma opção para cada questão, evitando-se ultrapassar o círculo;  
 \* O círculo correspondente à questão escolhida deve ser totalmente preenchido, evitando-se ultrapassar o círculo;  
 \* Marcar apenas a quantidade de questões existentes na sua prova;  
 \* Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta, não rasurar ou sujar o cartão;  
**É NECESSIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DOS DADOS DE SEU CARTÃO DE RESPOSTA**

**Nº DE INSCRIÇÃO**  
\_\_\_\_\_

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D	42	A	B	C	D
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D	43	A	B	C	D
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D	44	A	B	C	D
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D	45	A	B	C	D
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D	46	A	B	C	D
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D	47	A	B	C	D
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D	48	A	B	C	D
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D	49	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D	50	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D	51	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D	52	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D	53	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D	54	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D	55	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D	56	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D	57	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D	58	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D	59	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D	60	A	B	C	D

\_\_\_\_\_

**Assinatura do(a) candidato(a)**

---

Palavra-chave: \_\_\_\_\_

**Tipo de prova**

**A B C D**

**ATENÇÃO:**

- Transcreva a palavra-chave indicada em seu caderno de provas no local apropriado do cartão de respostas.
- O(a) candidato(a) deverá **OBRIGATORIAMENTE**, entregar seu cartão de repostas definitivo preenchido e **ASSINADO**, sob pena de ter seu cartão de respostas **ANULADO**. (item 12.14 do edital nº 001/2025).
- Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.

**Bloco Temático: DIREITO CONSTITUCIONAL e ADMINISTRATIVO**

➤ **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**01.** A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) é um dos instrumentos de controle concentrado de constitucionalidade, destinada a sanar controvérsia judicial relevante sobre a aplicação de norma federal. Seu processamento e julgamento são regidos pela Constituição Federal e por legislação específica, que detalha os requisitos e efeitos de suas decisões. Considerando estritamente as disposições da Lei nº 9.868/1999 e da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta sobre o procedimento e os efeitos da medida cautelar em sede de ADC.

- (A) Após a concessão da medida cautelar, o prazo para o Supremo Tribunal Federal publicar em seção especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão é de dez dias.
- (B) Uma vez proposta a ação declaratória, a concessão de medida cautelar para suspender o julgamento de processos poderá ser deferida por decisão da maioria simples dos membros do Supremo Tribunal Federal presentes na sessão, dada a urgência da medida.
- (C) Concedida a medida cautelar, na qualidade de curador da presunção de constitucionalidade do ato normativo, o Procurador-Geral da República terá prazo de oito dias para manifestação, sendo tal ato facultativo.
- (D) Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, exclusivamente, ao designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão.

**02.** Imagine que, na qualidade de Procurador do Município de Cariacica/ES, você seja instado a emitir parecer jurídico sobre a legalidade de um conjunto de atos administrativos a serem praticados pelo Prefeito. A análise exige a correta aplicação das normas constitucionais e, precipuamente, das regras estabelecidas na Lei Orgânica Municipal que disciplinam as competências do Poder Executivo e a gestão do patrimônio público.

Com base na disciplina estrita da Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, assinale a única orientação jurídica que estaria em total conformidade com o ordenamento municipal.

- (A) A autorização de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público específico, será deferida por decreto.
- (B) A explicação das razões de fato e de direito será condição de validade dos atos administrativos expedidos pelos órgãos da administração dos poderes municipais, inclusive aqueles cuja motivação a lei reserve à discricionariedade da autoridade administrativa, que, todavia, fica vinculada aos motivos, na hipótese de os enunciar.
- (C) Os Secretários farão declaração pública de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto nele permanecerem, sendo facultativo que sejam nomeados em comissão.
- (D) A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e, tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão.

EM BRANCO

**03. Considerando o rol de direitos sociais e dos trabalhadores expressamente previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é prerrogativa constitucionalmente assegurada:**

- (A) O salário mínimo, fixado em lei e nacionalmente unificado, sendo permitida sua vinculação para fins de reajuste de contratos administrativos.
- (B) A assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas.
- (C) A ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (D) A eleição de um representante dos trabalhadores em todas as empresas, independentemente do número de empregados, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento das normas trabalhistas e representar os empregados em negociações coletivas.

---

**04. A correta formalização dos atos administrativos municipais é matéria de observância obrigatória, garantindo a publicidade, a legalidade e a segurança jurídica. A Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES estabelece uma disciplina pormenorizada sobre o tema, vinculando a forma do ato à sua natureza e finalidade.**

**Considerando as disposições do referido diploma legal sobre a forma dos atos de competência do Prefeito, assinale a alternativa correta:**

- (A) O provimento de cargos públicos e a declaração de sua vacância, por se tratarem de atos de efeito individual relativos aos servidores, serão formalizados mediante decreto.
- (B) A criação e a extinção de funções gratificadas na estrutura administrativa municipal serão realizadas diretamente por decreto do Prefeito, independentemente de autorização legislativa prévia.
- (C) A fixação ou a alteração de preços públicos municipais é matéria a ser formalizada por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (D) Os atos do Chefe do Poder Executivo que, por sua natureza e finalidade, não sejam objeto de lei, serão invariavelmente formalizados por meio de decreto, sendo vedado o uso de portaria para tais fins.

## ➤ DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

**05. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) estabelece um rigoroso sistema de fiscalização e sanções para as entidades de atendimento, visando assegurar a proteção e a dignidade dessa população. O descumprimento das normas legais sujeita as entidades a penalidades específicas, aplicadas mediante devido processo legal.**

**Acerca das penalidades aplicáveis a tais entidades e com estrita observância ao texto da referida lei, é correto afirmar que:**

- (A) A fiscalização das entidades de atendimento à pessoa idosa é de competência exclusiva do Ministério Público, que, ao constatar infração que ponha em risco os direitos assegurados em lei, promoverá diretamente a dissolução da entidade.
- (B) A constatação de má aplicação ou de desvio de finalidade dos recursos financeiros é causa específica para a aplicação da penalidade de suspensão, parcial ou total, do repasse de verbas públicas à entidade de atendimento não governamental.
- (C) Tanto as entidades governamentais quanto as não governamentais de atendimento à pessoa idosa estão sujeitas à penalidade de multa em caso de descumprimento das determinações legais, conforme a gravidade da infração.
- (D) Diante de qualquer infração por entidade de atendimento que coloque em risco os direitos assegurados no Estatuto, a lei determina o imediato e cumulativo afastamento provisório de seus dirigentes e a interdição da unidade.

**06.** A Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, foi significativamente alterada pela Lei nº 14.026/2020, que detalhou o escopo de cada serviço público componente do saneamento. Essa pormenorização é fundamental para a delimitação das obrigações dos titulares e prestadores de serviço.

De acordo com a disciplina legal vigente e a exata conceituação dos serviços públicos de saneamento básico, analise as assertivas e aponte a correta.

- (A) Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, salvo eventuais instrumentos de medição, mesmo quando vinculadas a essa finalidade.
- (B) Os recursos hídricos, por serem a matéria-prima essencial para o abastecimento público, são legalmente considerados parte integrante dos serviços públicos de saneamento básico, sendo sua gestão inseparável destes.
- (C) Resíduos de atividades comerciais ou industriais podem ser considerados resíduos sólidos urbanos, por decisão do titular do serviço, desde que sejam similares em quantidade e qualidade aos domésticos e que tais resíduos não sejam de responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta.
- (D) No caso das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), o serviço público de esgotamento sanitário não incluirá, obrigatoriamente, a instalação de conjuntos sanitários para as residências e a provisão de solução para a destinação de efluentes, quando estes forem inexistentes.

---

**07.** A atribuição dos Municípios na oferta da educação infantil é um pilar para a construção da cidadania e o fortalecimento da democracia, garantindo o desenvolvimento integral na primeira infância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estipula regras claras e de observância obrigatória para a organização desta etapa educacional.

Com base nas regras comuns de organização da educação infantil, conforme estritamente preceituado na Lei nº 9.394/1996, identifique a assertiva que corresponde à norma legal.

- (A) O controle de frequência é obrigatório em todas as instituições de educação infantil, sendo exigida da criança matriculada em creche a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas anuais.
- (B) A finalidade da educação infantil, primeira etapa da educação básica, é o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, substituindo a ação da família e da comunidade nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.
- (C) Para ser considerada regular, a oferta da educação infantil deve prever uma carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por 200 (duzentos) dias de trabalho educacional, com atendimento mínimo de 5 (cinco) horas diárias para o turno parcial.
- (D) A avaliação na educação infantil deve se dar por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sendo vedada a sua utilização com finalidade de promoção, inclusive para fins de acesso ao ensino fundamental.

EM BRANCO

**08. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) promoveu uma profunda reconfiguração do sistema de incapacidades, afirmando a capacidade legal plena como regra. O instituto da curatela, nesse novo paradigma, assume caráter de medida protetiva extraordinária, com aplicação restrita e condicionada, que se reflete abaixo, tendo por referência correta ao texto da Lei nº 13.146/2015, na alternativa:**

- (A) A legislação impõe aos curadores a obrigação de, anualmente, prestar contas de sua administração ao juiz, devendo, para tanto, apresentar o balanço do respectivo ano.
- (B) A curatela de pessoa com deficiência, por ser uma medida protetiva integral, alcança todos os atos da vida civil, incluindo o direito ao próprio corpo, ao matrimônio e ao voto, a fim de garantir a máxima proteção ao curatelado.
- (C) Para proteger os interesses da pessoa com deficiência, é lícito ao juiz, de ofício ou a requerimento do interessado, nomear curador provisório a qualquer tempo, independentemente da demonstração de relevância e urgência ou da oitiva prévia do Ministério Público.
- (D) Os serviços notariais e de registro, para garantir a segurança jurídica, devem criar condições diferenciadas para a pessoa com deficiência, sendo obrigatória a exigência da situação de curatela para a emissão de documentos oficiais.

#### ➤ DIREITO ADMINISTRATIVO

**09. A Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabeleceu um regime jurídico próprio para as licitações e contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista. Esse regime visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa e coibir práticas lesivas ao patrimônio público, como o sobrepreço e o superfaturamento. Assim, tendo por fonte exclusiva a legislação supracitada, é certo afirmar que:**

- (A) O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou sociedade de economia mista deve ser, em regra, público e constar expressamente do instrumento convocatório, sendo o sigilo uma medida excepcional que demanda complexa justificação.
- (B) A Lei nº 13.303/2016 conceitua o sobrepreço como a situação em que os preços orçados para a licitação ou os efetivamente contratados mostram-se expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo a análise incidir sobre o valor unitário de um item ou sobre o valor global do objeto, a depender da modalidade de contratação.
- (C) Os prazos mínimos para apresentação de propostas, contados da divulgação do instrumento convocatório, são de 15 (quinze) dias úteis para a aquisição de bens quando adotado o critério de julgamento do menor preço, e de 30 (trinta) dias úteis para a contratação de obras e serviços na mesma hipótese.
- (D) Estará impedido de participar de licitações e de ser contratado pela estatal qualquer ex-empregado ou ex-dirigente cujo vínculo com a empresa promotora da licitação tenha se encerrado há menos de 12 (doze) meses, independentemente do cargo ocupado.

EM BRANCO

**10. A imparcialidade é um princípio basilar do processo administrativo, sendo fundamental para a proteção dos direitos dos administrados. A Lei nº 9.784/1999 estabelece, para tanto, hipóteses de impedimento e suspeição que visam garantir a isenção das autoridades e servidores na condução dos feitos.**

**Imagine que, em um processo administrativo, o interessado argui a suspeição da autoridade julgadora, alegando que esta possui inimizade notória com seu companheiro. A alegação é indeferida. Diante desse cenário e das regras sobre impedimento e suspeição previstas na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A omissão da autoridade ou do servidor no dever de comunicar à autoridade competente a sua situação de impedimento para atuar no processo é tipificada pela lei como falta grave, para efeitos disciplinares.
- (B) A existência de inimizade notória entre a autoridade processante e o companheiro de um dos interessados no processo administrativo constitui fundamento legal para a arguição de suspeição.
- (C) É considerado impedido de atuar no processo administrativo o servidor que tenha participado anteriormente, dentre outras situações, como perito.
- (D) Caso a alegação de suspeição seja indeferida pela autoridade competente, o interessado poderá interpor recurso, ao qual será, obrigatoriamente, concedido efeito suspensivo para garantir a imparcialidade do processo até a decisão final.

---

**11. As modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021 estabelecem procedimentos distintos para as diversas necessidades da Administração Pública, desde a aquisição de bens comuns até a contratação de soluções técnicas inovadoras. Assim, imagine que um Município pretende alienar diversos imóveis de sua propriedade que se tornaram inservíveis ao serviço público e, simultaneamente, busca contratar uma solução tecnológica inédita no mercado para a gestão integrada de seus resíduos sólidos.**

**Considerando o cenário hipotético e as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos sobre as modalidades licitatórias, assinale a alternativa que não esteja correta.**

- (A) No procedimento do leilão para a alienação dos imóveis, a lei dispensa a exigência de registro cadastral prévio dos interessados e a realização de uma fase de habilitação, determinando que a homologação ocorra logo após a conclusão da fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento.
- (B) A modalidade pregão, por ser o rito procedimental comum, é aplicável a todas as contratações cujos objetos possuam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, inclusive para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, como a elaboração de projetos complexos.
- (C) A comissão de contratação responsável por conduzir a modalidade diálogo competitivo para a solução tecnológica deve ser composta por, no mínimo 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração, sendo admitida, contudo, a contratação de profissionais externos para prestar assessoramento técnico à comissão.
- (D) Caso o Município opte por realizar o leilão dos imóveis por intermédio de um leiloeiro oficial, a sua seleção deverá ocorrer por meio de credenciamento ou de licitação na modalidade pregão, utilizando-se como critério de julgamento o de maior desconto sobre as comissões a serem cobradas.

EM BRANCO

**12. A formalização dos contratos administrativos é um momento crucial do processo de contratação pública, regulado de forma pormenorizada pela Lei nº 14.133/2021. As regras sobre a convocação do vencedor, a forma do instrumento e a publicidade do ato visam garantir a segurança jurídica e a eficácia das avenças.**

**Após a homologação de uma licitação para a construção de uma escola, o licitante vencedor, devidamente convocado, recusa-se injustificadamente a assinar o termo de contrato no prazo estipulado pelo edital. Considerando o cenário hipotético e as normas que regem a formalização dos contratos na referida Lei, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Na hipótese de o licitante vencedor não assinar o termo de contrato e os remanescentes não aceitarem a contratação nas condições propostas, a Administração poderá convocar os licitantes que restaram, na ordem de classificação, para negociar a obtenção de um preço melhor, mesmo que este resulte acima do preço do adjudicatário original.
- (B) Embora a regra geral seja a nulidade do contrato verbal com a Administração, a lei excepciona os contratos de pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento, definindo-os como aqueles cujo valor não ultrapasse R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- (C) A eficácia do contrato administrativo e de seus aditamentos é imediata a partir da data de sua assinatura, sendo a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) uma condição posterior de publicidade, mas não um requisito para a produção de efeitos.
- (D) Embora o foro da sede da Administração seja a regra para dirimir questões contratuais, a lei excepciona a contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, desde que tal contratação tenha sido precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo.

## ➤ DIREITO URBANÍSTICO

**13. A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo específico à Política Urbana, estabelecendo instrumentos para ordenar o desenvolvimento das cidades e garantir a função social da propriedade. Tais normas visam concretizar o direito a cidades sustentáveis e o bem-estar dos habitantes.**

**Com base estrita nas disposições constitucionais que regem o tema, assinale a alternativa correta.**

- (A) No âmbito da usucapião especial de imóvel urbano, a Constituição Federal assegura que o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, de forma indiferente quanto ao estado civil dos beneficiários.
- (B) O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, é de elaboração obrigatória para todas as cidades com mais de cinquenta mil habitantes, devendo ser aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo municipal.
- (C) Como sanção pelo descumprimento da função social da propriedade, a Constituição faculta ao Poder Público municipal a desapropriação do imóvel urbano, mediante prévia e justa indenização paga integralmente em dinheiro, mesmo que o proprietário não tenha sido submetido às penalidades de parcelamento compulsório ou IPTU progressivo no tempo.
- (D) Aquele que possuir como sua uma área urbana de exatos duzentos e cinquenta metros quadrados por três anos ininterruptos, utilizando-a para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel.

**14. A gestão democrática da cidade, princípio fundamental do direito urbanístico, pressupõe a existência de órgãos colegiados com participação popular. A Lei Complementar Municipal nº 111/2021, que instituiu o Plano Diretor de Cariacica, detalha a estrutura e as competências do conselho municipal responsável por acompanhar e deliberar sobre a política urbana.**

**Nos termos da referida legislação municipal, sobre o Conselho Municipal do Plano Diretor de Cariacica (CMPDC), é correto afirmar que:**

- (A) O Conselho Municipal do Plano Diretor de Cariacica é um órgão de natureza meramente consultiva, sendo seus membros não remunerados, dada a relevância do serviço público prestado.
- (B) Compete ao Conselho Municipal do Plano Diretor de Cariacica, entre outras atribuições, analisar questões omissas relacionadas à aplicação não apenas do Plano Diretor, mas também de outras normas correlatas ao ordenamento territorial, como o Código de Obras e a Lei de Parcelamento do Solo.
- (C) Qualquer proposta de alteração na lei do Plano Diretor Municipal de Cariacica, para ser válida, deve ser primeiramente aprovada pelo Conselho e, posteriormente, regulamentada por meio de decreto do poder executivo.
- (D) Entre as atribuições do Conselho, destaca-se a de julgar, em instância única, os recursos de multas encaminhados pela JAR-SEMDEC, bem como a de se submeter às deliberações dos conselhos setoriais do Município vinculados às políticas urbana e ambiental.

---

**15. O direito de preempção, previsto na Lei Complementar Municipal nº 111/2021, que instituiu o Plano Diretor de Cariacica, é um relevante instrumento da política urbana que confere ao Poder Público a preferência na aquisição de imóveis. Sua correta aplicação depende da observância de um rito procedimental estrito, que visa equilibrar o interesse público com o direito de propriedade.**

**Com base nas disposições da Lei Complementar Municipal nº 111/2021 sobre o tema, assinale a alternativa que descreve corretamente uma de suas regras.**

- (A) Uma vez notificado pelo Poder Executivo, o direito de preempção sobre o imóvel vigorará pelo prazo máximo de dois anos, devendo o Município, ao ser comunicado da intenção de venda, manifestar seu interesse em até sessenta dias.
- (B) O proprietário que desejar alienar seu imóvel localizado em área de preempção deve notificar o Município de sua intenção, sendo-lhe facultado anexar a proposta de compra do terceiro interessado, mas ficando obrigado a apresentar, no prazo de 60 dias após a venda, a certidão de ônus reais do imóvel.
- (C) O direito de preempção, uma vez exercido ou transcorrido seu prazo de vigência, não poderá ser renovado para a mesma área, por se tratar de uma restrição excepcional ao direito de propriedade, sendo assegurado, contudo, durante sua vigência, independentemente do número de alienações.
- (D) Caso o proprietário aliene o imóvel a um terceiro em condições diversas da apresentada em proposta ao Poder Público, a lei municipal considera a venda nula e faculta ao Município adquirir o bem pelo valor de base de cálculo do IPTU, ou pelo valor constante na proposta originalmente apresentada, se este for menor.

EM BRANCO

**16.** O poder de polícia administrativo em matéria urbanística é exercido pelo Município por meio da fiscalização de obras e da emissão de licenças. O Código de Obras de Cariacica (Lei Municipal Nº 5732/2017) estabelece os procedimentos e as responsabilidades dos agentes públicos e dos particulares nesse processo de controle, sendo a fiscalização e aos documentos de licenciamento importantes instrumentos. Desta forma, assinale a alternativa correta que se segue dentre as abaixo.

- (A) As notificações decorrentes da fiscalização de obras devem ser realizadas preferencialmente por edital publicado em órgão oficial, a fim de garantir a máxima publicidade, sendo a notificação pessoal ou por correspondência utilizada apenas em casos excepcionais.
- (B) A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) são documentos equivalentes que devem ser lavrados pelo servidor municipal encarregado da fiscalização no momento da vistoria, a fim de formalizar o ato e responsabilizar o proprietário da obra.
- (C) Segundo o Código de Obras municipal, a cassação de alvarás e do Habite-se poderá ocorrer, a qualquer tempo e mediante ato da autoridade competente, na hipótese de desvirtuamento, por parte do interessado, da finalidade da licença que foi concedida.
- (D) As autorizações e alvarás expedidos pelo Município podem ser, a qualquer tempo, revogados, caso seja comprovada ilegalidade em sua expedição, ou anulados, na hipótese de relevante interesse público superveniente que justifique a medida.

---

**17.** A instrução procedimental dos pedidos de licenciamento de obras é regida por normas que visam garantir a correta análise da conformidade dos projetos com a legislação. O Código de Obras de Cariacica (Lei Municipal Nº 5732/2017) estabelece um procedimento específico para o saneamento de falhas nos requerimentos apresentados pelos interessados, estando de acordo estrito com a norma acima o que se lê na alternativa:

- (A) Na hipótese de o responsável pelo processo de licenciamento ser notificado para sanar falhas, a legislação municipal faculta-lhe solicitar, por escrito, a prorrogação do prazo concedido para o cumprimento das exigências.
- (B) Caso a notificação para correção de elementos incompletos ou incorretos em um processo de licenciamento não seja atendida, o pedido será indeferido, sendo o prazo para tal cumprimento de 60 (sessenta) dias, improrrogável.
- (C) A inércia do requerente em sanar as falhas apontadas pela fiscalização, após o transcurso do prazo legal, acarreta a aprovação tácita do pedido, considerando-se que a Administração decaiu de seu direito de exigir a complementação.
- (D) Se o pedido for arquivado por inércia do requerente, a legislação permite que este, a qualquer tempo, solicite o desarquivamento do mesmo processo, aproveitando-se todos os atos e documentos já juntados, para dar continuidade à análise.

EM BRANCO

**Bloco Temático: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL**

---

➤ **DIREITO CIVIL**

**18. A validade do negócio jurídico pressupõe uma manifestação de vontade livre e consciente. O Código Civil estabelece um rol de vícios, como o erro, o dolo e a coação, que maculam a declaração de vontade e podem levar à anulação do ato, protegendo a boa-fé e o equilíbrio contratual.**

**Diego, sob forte pressão de um agiota (terceiro estranho ao negócio), vende seu único imóvel a Eduardo por um preço vil. Posteriormente, arrependido, Diego busca informações sobre a possibilidade de anular o negócio, alegando que sua vontade estava viciada. Considerando o cenário hipotético e as normas do Código Civil sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Nos negócios de transmissão gratuita de bens praticados por devedor insolvente, a legitimidade para pleitear a anulação do ato é restrita aos credores quirografários e que já ostentavam essa qualidade ao tempo em que o negócio foi praticado.
- (B) Caso a coação que viciou o negócio jurídico tenha sido exercida por um terceiro, o negócio subsistirá se a parte a quem aproveite não tinha e nem deveria ter conhecimento da coação, embora o autor da coação responda por todas as perdas e danos causados ao coacto.
- (C) Ainda que configurada a lesão, caracterizada pela assunção de prestação manifestamente desproporcional em razão de premente necessidade ou inexperiência, o negócio jurídico não será anulado se a parte favorecida concordar com a redução do proveito ou oferecer suplemento suficiente para reequilibrar as prestações.
- (D) O dolo do representante de uma das partes, em qualquer hipótese, obriga o representado a responder civilmente apenas até a importância do proveito que obteve com o negócio jurídico viciado.

---

**19. A responsabilidade civil, pilar do direito privado, tem por função primária a reparação de danos. Durante uma reforma, um empregado da Construtora X, utilizando um veículo da empresa, atropela e fere um pedestre. Fica provado que o empregado agiu com imprudência. O pedestre, por sua vez, cobra judicialmente uma dívida já paga da Construtora X, aproveitando-se da situação. Considerando a narrativa hipotética, tendo por referência o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A responsabilidade civil do incapaz pelos prejuízos que causar é subsidiária e equitativa, não tendo lugar a indenização se a condenação for privá-lo do necessário à sua subsistência ou à das pessoas que dele dependem.
- (B) Ao cobrar judicialmente da Construtora X uma dívida já paga em sua totalidade, o pedestre ficará obrigado a pagar à empresa o dobro do que houver cobrado; contudo, se tivesse demandado por valor maior do que o efetivamente devido, a sanção seria o pagamento do equivalente do que exigiu em excesso.
- (C) No caso da condenação da Construtora X, a indenização mede-se pela extensão do dano, todavia, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- (D) A Construtora X, caso seja condenada a reparar o dano causado pelo seu empregado, terá sempre o direito de reaver deste o valor integral que houver pago, com base no direito de regresso, independentemente de qualquer vínculo familiar entre o empregado e o dono da construtora.

**20.** Conforme é previsto na Lei nº 10.406/2002, é posto um sistema de preferências e privilégios creditórios para organizar o pagamento dos credores em caso de insolvência do devedor. A correta aplicação dessa ordem legal é fundamental para a segurança jurídica e a justa distribuição do patrimônio do insolvente.

Assim, decretada a insolvência de um produtor rural, por exemplo, seu patrimônio, consistente em uma fazenda hipotecada, a colheita da última safra e dinheiro em conta, é arrecadado para satisfazer seus credores, que incluem o banco titular da hipoteca, o trabalhador agrícola da safra, a Fazenda Municipal (credora de impostos do ano corrente) e o fornecedor de materiais para a reforma da sede da fazenda.

Considerando o cenário hipotético e as regras de preferência e privilégios creditórios dispostas especificamente na legislação acima citada, assinale a alternativa que não é correta.

- (A) Em um concurso de credores, o crédito da Fazenda Municipal, relativo a impostos do ano corrente, por se tratar de privilégio geral de alta relevância, prefere ao crédito do fornecedor de materiais, que é classificado como privilégio especial.
- (B) O crédito do trabalhador agrícola, referente aos seus salários, goza de privilégio especial sobre o produto da colheita para a qual concorreu com seu trabalho, preferindo, precipuamente, a quaisquer outros créditos, inclusive os que possuam garantia real como a hipoteca.
- (C) Na hipótese de a fazenda hipotecada ter sido danificada por um incêndio e haver indenização de seguro a ser paga, o banco credor hipotecário conservará seu direito de preferência sobre o preço do seguro.
- (D) Na classificação dos créditos com privilégio geral, o crédito por despesas com o funeral do devedor, desde que feitas segundo a condição do morto e o costume do lugar, tem preferência sobre o crédito por despesas com a doença de que ele faleceu, no semestre anterior à sua morte.

---

**21. Analise a situação hipotética abaixo:**

Jorge, servidor público federal com lotação e exercício permanente em Vila Velha - ES, reside durante a semana em sua casa em Cariacica - ES e passa os fins de semana em seu apartamento em Vitória - ES. Adicionalmente, ele mantém um escritório na Serra - ES, onde exerce a profissão de consultor, e celebrou um contrato escrito com um cliente no qual elegeram o foro de Guarapari - ES para dirimir eventuais conflitos.

Diante do cenário apresentado e à luz das disposições do Código Civil sobre o domicílio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Considerando que Jorge possui residências em Vitória - ES e Cariacica - ES, onde vive alternadamente, a lei civil considera que seu domicílio, para fins gerais de pessoa natural, pode ser qualquer uma dessas cidades.
- (B) Se Jorge foi um militar da Marinha ou da Aeronáutica, ele tem como domicílio necessário o lugar onde servir.
- (C) Para as relações jurídicas concernentes à sua atividade de consultoria, o município de Serra - ES, onde Jorge exerce essa profissão, é também considerado seu domicílio.
- (D) Pelo fato de ser servidor público com exercício permanente de suas funções em Vila Velha - ES, Jorge possui nesta cidade um domicílio necessário, conforme estabelecido pelo Código Civil.

EM BRANCO

➤ **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**22.** Um servidor público municipal ajuíza uma ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública local, pleiteando o pagamento de verbas remuneratórias vencidas que somam 20 (vinte) salários mínimos. O Município não possui lei própria que defina o teto para as obrigações de pequeno valor. Considerando o cenário apresentado e estritamente as normas da Lei nº 12.153/2009, indique a proposição que se encontra em estrita conformidade com o texto legal.

- (A) No âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, os Municípios, na condição de réus, gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, inclusive para a interposição de recursos, aplicando-se a regra geral do Código de Processo Civil.
- (B) Podem figurar como autores nas ações de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública as pessoas físicas e as pessoas jurídicas em geral, desde que o valor da causa não exceda 60 (sessenta) salários mínimos.
- (C) Até que sobrevenha lei municipal específica para dispor sobre a obrigação de pequeno valor, o limite para pagamento de condenações pecuniárias impostas aos Municípios, independentemente de precatório, será de 30 (trinta) salários mínimos.
- (D) A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública abrange as causas sobre bens imóveis dos Municípios, desde que a controvérsia seja exclusivamente de natureza possessória e o valor da causa se enquadre no limite legal de 60 (sessenta) salários mínimos.

---

**23.** Analise a situação hipotética abaixo:

Uma associação de moradores, constituída há apenas seis meses, pretende ajuizar uma ação civil pública para impedir que uma indústria local continue a poluir um rio que corta o Município, causando um dano ambiental de grandes proporções que afeta a saúde de toda a população ribeirinha.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 7.347/1985, identifique a assertiva que se mostra juridicamente adequada.

- (A) Embora a lei exija que a associação esteja constituída há pelo menos um ano para ter legitimidade para propor a ação civil pública, tal requisito de pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, caso haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão do dano ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- (B) Qualquer um dos legitimados para a propositura da ação civil pública, incluindo a associação de moradores do caso hipotético, poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta, o qual, uma vez firmado, terá eficácia de título executivo judicial.
- (C) Caso a ação seja julgada procedente, a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes* em todo o território nacional, independentemente da competência territorial do órgão prolator, para garantir a máxima efetividade da tutela coletiva.
- (D) Havendo condenação em dinheiro por dano causado por ato de discriminação étnica, o valor da indenização reverterá diretamente à comunidade lesada ou, na sua ausência, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

EM BRANCO

**24. O Código de Processo Civil de 2015 dedicou um título específico às funções essenciais à Justiça, estabelecendo prerrogativas e responsabilidades para a Advocacia Pública. Tais normas são de observância obrigatória na representação judicial dos entes federados, incluindo os Municípios.**

**Acerca das disposições do referido diploma legal sobre a atuação processual do Município e de seus procuradores, assinale a proposição correta.**

- (A) O prazo em dobro para todas as manifestações processuais é uma prerrogativa concedida a todas as pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta dos Municípios, incluindo, portanto, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (B) A contagem do prazo em dobro para as manifestações processuais do Município terá início a partir da publicação do ato no órgão oficial, sendo a intimação pessoal por carga, remessa ou meio eletrônico uma faculdade do juízo para dar maior celeridade ao feito.
- (C) O membro da Advocacia Pública municipal, no exercício de suas funções, será civil e regressivamente responsável por seus atos, quando comprovado que agiu com dolo, fraude ou culpa grave.
- (D) O benefício do prazo em dobro para as manifestações processuais do Município não será aplicado nos casos em que a lei estabelecer, de forma expressa, um prazo próprio para a manifestação do ente público.

---

**25. A intervenção de terceiros no Código de Processo Civil a disciplina como o mecanismo que permite o ingresso de um sujeito, originariamente estranho à relação processual, em um processo já em curso. O domínio de suas modalidades e hipóteses de cabimento é essencial para a atuação da Advocacia Pública na defesa dos interesses do Município. Assim, dentro do regramento legal acima citado, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.**

- (A) O Município, ao figurar como autor em uma ação de regresso contra um servidor público, poderá requerer o chamamento ao processo da seguradora com quem o servidor mantinha contrato de responsabilidade civil, a fim de garantir a satisfação do crédito.
- (B) Na assistência simples, o assistente atua sempre como mero auxiliar da parte principal, de modo que, mesmo se o assistido for revel ou omissor, a atuação do assistente permanecerá limitada, não podendo ser considerado seu substituto processual.
- (C) Em caso de denúncia da lide, se o denunciante sagrar - se vencedor na ação principal, a ação de denúncia não terá seu pedido examinado, o que não o eximirá da condenação ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.
- (D) A instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, por se tratar de questão prejudicial ao mérito, suspenderá obrigatoriamente o andamento do processo principal em qualquer hipótese, a fim de que se decida primeiramente sobre a inclusão do sócio ou da pessoa jurídica no polo passivo.

EM BRANCO

➤ **DIREITO EMPRESARIAL**

**26.** O protesto de títulos e outros documentos de dívida é o ato formal e solene que prova a inadimplência e o descumprimento de uma obrigação e, para isso, a Lei nº 9.492/1997 estabelece um rito procedimental detalhado, desde a apresentação do título até o eventual cancelamento do ato, sendo uma importante ferramenta para a recuperação de créditos, inclusive para a Fazenda Pública.

A partir do pressuposto acima, analise o caso hipotético que se segue: O Município de Cariacica, na busca pela recuperação de seus créditos, apresenta a protesto uma Certidão de Dívida Ativa (CDA) contra um contribuinte. Após a protocolização, o Tabelião de Protesto examina o título e dá seguimento aos procedimentos. Considerando a situação hipotética e as normas da Lei nº 9.492/1997, aponte a única afirmativa que se harmoniza com a legislação em questão:

- (A) Compete ao Tabelião de Protesto, ao examinar a Certidão de Dívida Ativa, verificar não apenas seus caracteres formais, mas também investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade do crédito tributário, devendo obstar o registro do protesto caso constate a perda da pretensão.
- (B) Para o cancelamento do registro do protesto, na impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida, a lei exige a apresentação de uma declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como credor, originário ou por endosso translativo.
- (C) O protesto do título ou documento de dívida deve ser registrado dentro de cinco dias úteis, contados da data de sua protocolização, incluindo-se na contagem tanto o dia da protocolização quanto o do vencimento.
- (D) Tratando-se de protesto de cheque, a lei determina que o ato seja lavrado exclusivamente no lugar do pagamento indicado no título, sendo vedada a sua realização no domicílio do emitente para garantir a vinculação ao banco sacado.

---

**27.** Uma microempresa que presta serviços de jardinagem para o Município de Cariacica, acumulando dívidas com fornecedores e de tributos municipais, ajuíza pedido de recuperação judicial, optando expressamente na petição inicial por apresentar o plano especial previsto no art. 70 e seguintes da Lei nº 11.101/2005.

Considerando a situação hipotética e as regras estritas da Lei nº 11.101/2005, analise as proposições a seguir e aponte a única que se mostra correta.

- (A) O plano especial de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, incluindo os créditos de natureza fiscal, excetuados apenas os decorrentes de repasse de recursos oficiais.
- (B) O plano especial deverá prever o pagamento da primeira parcela no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da decisão que concede a recuperação judicial.
- (C) Apresentado o plano especial de recuperação judicial, optando o devedor pelo mesmo, o juiz designará data para a convocação da assembleia-geral de credores, que deliberará sobre sua aprovação, sendo a recuperação concedida caso o plano obtenha o quórum favorável da maioria dos presentes.
- (D) O produtor rural, conforme abordado na Lei nº 11.101/2005, poderá apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que o valor da causa não exceda a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**28.** Um microempreendedor individual (MEI) busca abrir uma pequena cafeteria em um imóvel próprio, em uma zona comercial da cidade. Ao requerer o alvará de funcionamento na prefeitura, ele se depara com uma série de exigências e prazos para a análise de seu pedido. Em uma conversa com uma amiga sobre esta situação, ela comenta acerca da Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) e como suas disposições impactam diretamente a atuação regulatória e fiscalizatória dos Municípios na emissão de licenças e na verificação do cumprimento das posturas locais. Considerando o cenário hipotético e as diretrizes da referida lei, identifique a única assertiva que está em conformidade com o ordenamento.

- (A) É dever da administração pública municipal, na aplicação da ordenação pública sobre atividades econômicas privadas, observar o critério de dupla visita para a lavratura de autos de infração que decorram do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco.
- (B) O direito de desenvolver a cafeteria, caso classificada como atividade de baixo risco, é absoluto, não se sujeitando, por exemplo, às normas municipais de proteção ao meio ambiente, como as de repressão à poluição sonora, ou à legislação trabalhista.
- (C) O silêncio da autoridade municipal competente, transcorrido o prazo fixado para análise do pedido de alvará, importará em aprovação tácita para todos os efeitos, inclusive se o titular da solicitação for um servidor público municipal lotado na própria secretaria responsável pela análise.
- (D) As normas e princípios da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, por constituírem norma geral de direito econômico, aplicam-se a todos os ramos do direito, inclusive na interpretação e aplicação do direito tributário e do direito financeiro municipal.

---

**29.** A Procuradoria Geral de um Município é notificada pelo órgão de vigilância sanitária local de que um lote de um determinado produto alimentício, amplamente vendido em supermercados da cidade, apresenta alto grau de periculosidade à saúde, fato recém-descoberto pelo fabricante. A Procuradoria é consultada sobre as providências legais cabíveis e os deveres dos envolvidos. Considerando o cenário hipotético e as disposições do Código de Defesa do Consumidor, indique a única proposição juridicamente correta.

- (A) O fornecedor do produto, ao tomar conhecimento de sua periculosidade, cumprirá seu dever legal ao comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes, que deverá analisar a necessidade de divulgação ou não aos consumidores.
- (B) O fornecedor deverá higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços, ou colocados à disposição do consumidor, ficando-lhe facultado informar, de maneira ostensiva, quando for o caso, sobre o risco de contaminação.
- (C) Impõe-se ao Município, assim como aos demais entes federativos no âmbito de suas responsabilidades, o dever legal de informar os consumidores a respeito da periculosidade do produto, uma vez que teve conhecimento de tal fato.
- (D) Conforme afirma a legislação consumerista, mesmo os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores.

EM BRANCO

➤ **DIREITO PENAL**

**30.** No contexto do processo de cassação de mandato de Prefeito Municipal por infrações político-administrativas, previsto no Decreto-Lei nº 201/1967, a observância das regras procedimentais específicas é fundamental para assegurar o devido processo legal e a ampla defesa. Assim, no caso de um Vereador que apresentou denúncia contra o Prefeito por infração político-administrativa, a Câmara Municipal deverá seguir o rito legal estabelecido para o processo de cassação.

Diante dessa situação e com base no Decreto-Lei nº 201/1967, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O processo de cassação do mandato do Prefeito deverá estar concluído dentro de sessenta dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado, sob pena de arquivamento e resolução do mérito.
- (B) Caso o denunciante seja o Presidente da Câmara, ele deverá passar a Presidência ao substituto legal para os atos do processo, mas poderá exercer o direito de voto se necessário para completar o quórum de julgamento.
- (C) Na sessão de julgamento, após a leitura das peças requeridas e as manifestações verbais dos Vereadores, o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de duas horas para produzir sua defesa oral.
- (D) Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia pelo voto de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara, devendo o Presidente expedir o competente decreto legislativo de cassação do mandato.

---

**31.** Ainda no âmbito do Decreto-Lei nº 201/1967, assuma que um Prefeito Municipal foi denunciado pela prática de crime de responsabilidade consistente em apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio, e o Juiz, ao receber a denúncia, proferiu decisão fundamentada decretando a prisão preventiva do acusado.

Diante dessa situação e com base no Decreto-Lei nº 201/1967, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Antes de receber a denúncia, o Juiz deverá ordenar a notificação do acusado para apresentar defesa prévia no prazo de cinco dias, e caso o acusado não seja encontrado para a notificação, ser-lhe-á nomeado defensor para apresentar a defesa dentro do mesmo prazo.
- (B) Ao receber a denúncia pelo crime em tela, o Juiz deverá manifestar-se obrigatória e motivadamente sobre a prisão preventiva do acusado, bem como sobre o seu afastamento do exercício do cargo durante a instrução criminal.
- (C) Os órgãos federais, estaduais ou municipais interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito podem requerer a abertura do inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público, bem como intervir, em qualquer fase do processo, como assistente da acusação.
- (D) Do despacho que decreta a prisão preventiva caberá recurso em sentido estrito para o Tribunal competente, no prazo de sete dias, em autos apartados, sendo que tal recurso terá efeito meramente devolutivo, permitindo a execução imediata da medida constritiva.

EM BRANCO

**32. Um Procurador Municipal, atuando como autoridade competente, determina a instauração de uma sindicância contra um servidor, apesar da notória falta de indícios. No curso do feito, nega acesso aos autos ao advogado do servidor, alegando sigilo de diligências futuras. Após a condenação administrativa, o servidor é demitido, e busca a responsabilização criminal do Procurador, sendo esta a primeira vez que o Procurador é processado por tal crime.**

**À luz exclusivamente do texto da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A perda da função pública, como um dos efeitos de uma eventual condenação criminal do Procurador pelo abuso de autoridade, não é automática e é condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada motivadamente na sentença.
- (B) Comete o crime de abuso de autoridade o Procurador que instaura procedimento investigatório de infração administrativa, mesmo que se trate de sindicância ou investigação preliminar sumária devidamente justificada, caso reste comprovado que o fez à falta de qualquer indício da prática de ilícito funcional.
- (C) A responsabilidade administrativa do Procurador, apurada no PAD, é independente da criminal; contudo, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado no exercício regular de direito fará coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar.
- (D) O ato do Procurador de negar ao servidor e seu advogado o acesso aos autos da sindicância configurará crime, exceto se a negativa se referir a peças relativas a diligências ainda em curso, ou que indiquem a realização de diligências futuras, e cujo sigilo seja considerado imprescindível.

---

**33. Analise a narrativa abaixo:**

**A Procuradoria Geral de um Município estuda a viabilidade jurídica de firmar convênios para a implementação de programas de formação profissional em um estabelecimento penal local, analisando o arcabouço legal das assistências previstas na lei. Considerando a assistência ao preso, ao internado e ao egresso como um dever do Estado, objetivando sua ressocialização e o retorno à convivência em sociedade, conforme Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), assinale a assertiva que se encontra em estrita conformidade com o texto legal.**

- (A) Entre as incumbências do serviço de assistência social, previstas na Lei de Execução Penal, está a de orientar e amparar, quando necessário, não apenas a família do preso ou do internado, mas também a família da vítima.
- (B) A assistência ao egresso, que visa apoiá-lo na reintegração à vida em liberdade, consiste obrigatoriamente na concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado pelo prazo de 2 (dois) meses, prazo este que é improrrogável em qualquer hipótese.
- (C) A assistência educacional, com a instrução escolar, não será obrigatória no que tange ao ensino de 1º grau (fundamental), salvo no caso de formação profissional para fins de reintegração.
- (D) Caso o estabelecimento penal não esteja devidamente aparelhado para prover a assistência médica necessária ao preso, a lei determina que esta seja prestada em outro local, o que dependerá, em qualquer caso, de prévia autorização judicial.

EM BRANCO

**Bloco Temático: DIREITO FINANCEIRO, TRIBUTÁRIO E DO TRABALHO**

**➤ DIREITO TRIBUTÁRIO**

**34. A Procuradoria Municipal, na sua função de zelar pela arrecadação, deve dominar os conceitos basilares da obrigação tributária, desde o fato gerador até a definição do sujeito passivo. Suponha que a Procuradoria de Cariacica, ao analisar um auto de infração tributária, se depare com uma empresa prestadora de serviços que não possui registro regular na Junta Comercial, embora opere como unidade econômica, e que firmou contrato particular transferindo ao tomador do serviço a responsabilidade pelo pagamento do imposto.**

**À luz das disposições do Código Tributário Nacional (CTN), Lei 5.172/1966, aponte a única assertiva correta.**

- (A) A Procuradoria não poderá exigir o tributo da empresa prestadora de serviços, pois a capacidade tributária passiva de uma pessoa jurídica depende de sua regular constituição, não bastando que ela configure uma unidade econômica ou profissional.
- (B) Tratando-se de situação jurídica, os atos ou negócios jurídicos sujeitos a uma condição resolutória reputam-se perfeitos e acabados, para os efeitos da ocorrência do fato gerador, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio, salvo disposição de lei em contrário.
- (C) A Procuradoria Municipal deverá acatar a cláusula contratual que transfere a responsabilidade pelo pagamento tributário, pois, nos termos do CTN, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo.
- (D) A obrigação acessória, como a de emitir notas fiscais, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e, pelo simples fato de sua inobservância, não se converte em obrigação principal.

**35. Tendo em vista pedidos e situações oriundas dos cidadãos da municipalidade, a Chefia da Administração Pública Municipal encaminha à Procuradoria Jurídica uma série de questionamentos, sobretudo quanto às situações de isenção e imunidade tributária na legislação municipal. Conforme especificamente as regras da Lei Complementar Municipal nº 27, de 29 de dezembro de 2009, o Código Tributário de Cariacica, identifique a proposição que se alinha corretamente à legislação.**

- (A) A imunidade de impostos municipais conferida ao patrimônio dos Municípios é extensiva às suas autarquias, inclusive no que se refere a imóvel objeto de promessa de compra e venda em que a autarquia figure como promitente-compradora, exonerando-a do pagamento do IPTU.
- (B) A imunidade relativa aos templos de qualquer culto abrange a casa ou residência especial do sacerdote, desde que pertença à comunidade religiosa e esteja edificada em terreno contíguo ao do templo, sendo irrelevante para a concessão do benefício o fato de o imóvel ser ou não empregado para fins econômicos.
- (C) O reconhecimento da imunidade tributária conferida a uma entidade sindical de trabalhadores não a dispensa da prática de atos que assegurem o cumprimento de obrigações tributárias por terceiros, nem exclui a sua atribuição como responsável por tributos devidos por outrem.
- (D) As fundações vinculadas a partidos políticos gozam de imunidade quanto ao patrimônio, renda ou serviços, desde que mantenham escrituração regular e apliquem seus recursos no País, sendo-lhes permitido distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas a título de remuneração variável a seus dirigentes.

**36. A Procuradoria Municipal é frequentemente consultada sobre a aplicação de moratórias e parcelamentos, especialmente em contextos de crise econômica ou recuperação judicial de empresas locais. Imagine que, em decorrência de fortes chuvas que assolaram determinada região do Município, o Prefeito sancione lei concedendo moratória geral do IPTU para os imóveis atingidos. A Procuradoria, ao analisar a lei, verifica que um dos beneficiários potenciais já havia obtido moratória individual anteriormente, a qual foi revogada por descumprimento de requisitos, sem dolo. Outra empresa local, em recuperação judicial, pleiteia o parcelamento de seus débitos de ISSQN, mas o Município não possui lei específica para essa situação. Considerando o cenário e as disposições do CTN sobre a suspensão do crédito tributário, aponte a única proposição válida.**

- (A) No caso da moratória individual anteriormente concedida e revogada por descumprimento de requisitos, mas sem a constatação de dolo ou simulação por parte do beneficiado, o tempo decorrido entre a concessão do favor e a sua revogação não suspende o curso do prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário correspondente.
- (B) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário municipal, seja pela moratória geral decorrente das chuvas ou por um eventual parcelamento concedido à empresa em recuperação judicial, desobriga o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias relacionadas, como a entrega de declarações fiscais, durante o período de suspensão.
- (C) Tendo em vista situação de interesse público, a moratória geral de IPTU concedida em razão das chuvas aproveitará a todos os proprietários de imóveis na região atingida, inclusive àqueles que, comprovadamente mediante processo administrativo fiscal, praticaram simulação para reduzir o valor venal do imóvel e, conseqüentemente, o imposto devido nos exercícios anteriores, sem impedir o direito de regresso ulterior.
- (D) Quanto à empresa em recuperação judicial que pleiteia o parcelamento do ISSQN, a Procuradoria Municipal deverá indeferir o pedido, uma vez que, inexistindo lei municipal específica sobre o parcelamento para devedores nesta condição, não se aplicam as leis gerais de parcelamento do Município, sendo necessário legislação específica.

---

**37. Um contribuinte, após ter sua impugnação contra um lançamento de um tributo municipal julgada improcedente pela Junta de Impugnação Fiscal (JIF), interpõe recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes (CMC). A Procuradoria Jurídica Municipal designa dois Procuradores para atuarem como Pareceristas no julgamento. Considerando a estrutura e o funcionamento dos órgãos julgadores administrativos fiscais previstos na Lei Complementar Municipal nº 27, de 29 de dezembro de 2009, o Código Tributário de Cariacica, assinale a alternativa correta:**

- (A) O mandato dos membros da Junta de Impugnação Fiscal (JIF), órgão de primeira instância, é de 2 (dois) anos, sendo vedada a recondução para o período imediatamente subsequente, a fim de garantir a rotatividade.
- (B) Os membros representantes da Administração Municipal no Conselho Municipal de Contribuintes (CMC) são indicados diretamente pelo Secretário Municipal de Finanças, dada a natureza técnica da matéria tributária.
- (C) Os Pareceristas representantes da Procuradoria Municipal no Conselho Municipal de Contribuintes (CMC), indicados pelo Procurador Geral do Município, não possuem direito a voto nas sessões de julgamento, embora lhes seja facultado manifestar-se sobre a matéria em discussão.
- (D) O Conselho Municipal de Contribuintes (CMC), como órgão de segunda instância, possui plena autonomia para modificar seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Secretário Municipal de Finanças.

**38.** Suponha que uma instituição de assistência social requeira o reconhecimento administrativo de sua imunidade tributária quanto ao IPTU. Durante a análise, a Procuradoria constata a falta de documentos essenciais e determina diligências. A instituição, no entanto, não franqueia o acesso à sua escrituração fiscal. Posteriormente, mesmo após um eventual reconhecimento, apura-se que a entidade deixou de cumprir um requisito legal superveniente. De acordo estritamente com a Lei Complementar Municipal nº 27, de 29 de dezembro de 2009, o Código Tributário de Cariacica, marque a alternativa correta.

- (A) Uma vez reconhecida administrativamente a imunidade da instituição de assistência social, os efeitos retroagirão à data de sua fundação, independentemente da data de entrada do requerimento no protocolo geral do Município, garantindo-se assim a máxima efetividade do benefício.
- (B) Caso a instituição de assistência social não franqueie aos agentes fiscais o exame de sua documentação ou deixe de prestar as informações exigidas durante as diligências determinadas no curso do procedimento de reconhecimento, o pedido será imediatamente indeferido por falta de colaboração.
- (C) A análise do pedido de reconhecimento administrativo de imunidade subordina-se a que o requerimento mediante o qual se processa seja instruído com os elementos comprobatórios do preenchimento das condições legais exigidas, nos moldes em que disciplinado, para cada caso pela administração tributária.
- (D) O reconhecimento administrativo da imunidade tributária gera direito adquirido à instituição, de modo que, mesmo que se verifique posteriormente o descumprimento de alguma condição legal, o benefício não poderá ser invalidado ou suspenso de ofício pela autoridade administrativa.

## ➤ DIREITO FINANCEIRO

**39.** A dívida pública constitui um importante instrumento da política fiscal e orçamentária do Estado, representando os compromissos financeiros assumidos pelo poder público em razão de operações de crédito realizadas para financiar despesas ou refinar passivos. Considerando os aspectos conceituais e normativos da dívida pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A dívida fundada ou consolidada corresponde às obrigações financeiras de curto prazo, destinadas ao custeio de despesas correntes da administração pública.
- (B) A Constituição Federal exige que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham controle e limites para o endividamento público, conforme normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- (C) A dívida pública compreende tanto a dívida interna quanto a dívida externa, sendo a primeira contratada junto a credores situados no território nacional e a segunda junto a credores estrangeiros.
- (D) A dívida flutuante é composta por compromissos de exigibilidade imediata, como restos a pagar, depósitos e operações de crédito por antecipação de receita.

EM BRANCO

**40.** Tendo por filtro as terminologias e mecanismos da Lei nº 4.320/1964, analise a seguinte situação: um Município, durante o exercício financeiro, precisa reforçar a dotação para a merenda escolar (crédito suplementar) e, simultaneamente, precisa custear ações emergenciais devido a uma enchente inesperada (crédito extraordinário). Considerando exclusivamente as regras sobre créditos adicionais na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Tanto os créditos suplementares quanto os créditos extraordinários, por representarem alterações no orçamento vigente, dependem de manifestação do legislativo e sua abertura por decreto legislativo.
- (B) A abertura do crédito suplementar depende da existência de recursos disponíveis não comprometidos, considerando-se como tal, entre outras fontes, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias autorizadas em Lei.
- (C) Os créditos adicionais, em regra, têm sua vigência adstrita ao exercício financeiro em que são abertos; contudo, a lei admite que os créditos especiais e extraordinários possam ter vigência estendida para além do exercício, desde que haja expressa disposição legal nesse sentido.
- (D) Entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

---

**41.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) impõe aos entes federativos, inclusive aos Municípios, um rigoroso planejamento e controle das contas públicas, materializado principalmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). A Procuradoria Jurídica Municipal desempenha papel crucial na verificação da conformidade desses instrumentos e das regras de execução orçamentária com a LRF. Tendo como fonte de informação exclusivamente o regramento acima citado, identifique a única assertiva que reflete corretamente o regramento legal.

- (A) Verificada a possibilidade de não cumprimento das metas de resultado primário ao final de um bimestre, a Lei de Responsabilidade Fiscal veda qualquer limitação de empenho e movimentação financeira, determinando que o Município busque exclusivamente fontes alternativas de receita ou operações de crédito para equilibrar as contas.
- (B) O Anexo de Metas Fiscais, integrante obrigatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias municipal, deve estabelecer metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública apenas para o exercício a que se referir, sendo facultativa a inclusão de projeções para os exercícios seguintes.
- (C) Constatado o risco fiscal, o Município deverá promover a limitação de empenho e movimentação financeira nos trinta dias subsequentes; contudo, essa limitação poderá incidir sobre todas as dotações orçamentárias, inclusive sobre aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida pública municipal, a critério do Poder Executivo.
- (D) O projeto de lei orçamentária anual do Município deverá conter reserva de contingência, cujo montante será definido com base na receita corrente líquida e estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, sendo esta reserva destinada, entre outras finalidades, ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

EM BRANCO

**42.** No intuito de orientar a administração sobre a correta classificação das obrigações financeiras e a apuração periódica do endividamento para garantir a conformidade com as normas fiscais, uma Procuradora do Município analisa a situação da dívida local, que inclui precatórios judiciais não pagos no exercício, operações de crédito de curto prazo cujas receitas constaram do orçamento e um contrato de arrendamento mercantil de longa duração. Considerando as definições e regras sobre dívida e endividamento na Lei de Responsabilidade Fiscal, indique a única assertiva que está em consonância com o texto legal.

- (A) A assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo Município não se equiparam a operações de crédito para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, possuindo natureza jurídica distinta.
- (B) A dívida pública consolidada do Município abrange exclusivamente as obrigações financeiras assumidas para amortização em prazo superior a vinte e quatro meses, excluindo-se as operações de crédito de curto prazo, mesmo que suas receitas tenham constado do orçamento.
- (C) Para fins de verificação do atendimento do limite da dívida consolidada municipal, a apuração do seu montante, que inclui os precatórios judiciais não pagos no exercício, será efetuada ao final de cada quadrimestre.
- (D) O arrendamento mercantil, por sua natureza contratual específica de locação com opção de compra, não se enquadra na definição legal de operação de crédito prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### ➤ DIREITO DO TRABALHO

**43.** Considere a situação hipotética de um Guarda Municipal do Município X, contratado sob o regime da CLT, que labora em escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (12x36) em atividade classificada como insalubre. O Guarda habitualmente realiza horas extras além dessa jornada. A Procuradoria analisa a validade da escala e suas implicações. À luz exclusivamente das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre jornada de trabalho e períodos de descanso, identifique a única assertiva que está em conformidade com a legislação.

- (A) Nos termos da CLT, a prestação habitual de horas extras por parte do Guarda Municipal não descaracteriza, por si só, o acordo de compensação de jornada estabelecido pela escala 12x36, nem invalida eventual regime de banco de horas pactuado.
- (B) A prorrogação da jornada de trabalho do Guarda Municipal em atividade insalubre, mesmo na escala 12x36, depende obrigatoriamente de licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, sob pena de nulidade do regime de compensação.
- (C) Mesmo no exercício de atividade externa de patrulhamento, incompatível com a fixação de horário, o Guarda Municipal não pode ser excluído do regime de controle de jornada previsto na CLT.
- (D) O tempo despendido pelo Guarda Municipal no trajeto entre sua residência e o posto de trabalho, utilizando viatura oficial fornecida pelo Município, deve ser computado na jornada de trabalho, por configurar tempo à disposição do empregador.

EM BRANCO

**44. A proteção do trabalho da mulher, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelece normas sobre jornada, descanso, condições de trabalho e proteção à maternidade, visando garantir a igualdade de oportunidades e tratamento no ambiente laboral. Desta forma, tendo por referência exclusiva a legislação supracitada, identifique a alternativa INCORRETA.**

- (A) À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade nos mesmos termos da licença garantida à gestante, sendo necessária a apresentação do termo judicial de guarda.
- (B) O SESI, o SESC e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternais e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas e as reconhecidamente em condições de vulnerabilidade, conforme inscrição em cadastros sociais controlados pelas municipalidades.
- (C) Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres em qualquer grau durante a lactação.
- (D) Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um, cujos horários deverão ser definidos em acordo individual com o empregador.

---

**45. Uma autarquia municipal pretende contratar aprendizes e consulta a Procuradoria sobre os requisitos legais. A Procuradoria Jurídica Municipal, ao analisar contratos e a observância das cotas de aprendizagem por entidades da administração indireta, deve verificar a conformidade com essas normas protetivas. Com base nas disposições da CLT sobre o contrato de aprendizagem, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe, entre outros requisitos, anotação na CTPS e a matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não tenha concluído o ensino médio, ressalvada a hipótese de inexistência de oferta de ensino médio na localidade para o aprendiz que já concluiu o ensino fundamental.
- (B) O contrato de aprendizagem pode ser extinto antecipadamente por desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, exceto se a pessoa com deficiência na função de jovem aprendiz estiver desprovido de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e apoio necessário ao desempenho de suas atividades.
- (C) A duração da jornada de trabalho do aprendiz não excederá, em regra, seis horas diárias, podendo, contudo, ser estendida para até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, desde que nesse cômputo estejam incluídas as horas destinadas à aprendizagem teórica.
- (D) O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, por prazo determinado não superior a 3 (três) anos, mesmo quando se tratar de pessoa com deficiência na função de jovem aprendiz.

EM BRANCO

**46.** A Lei nº 9.468/1997 instituiu o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), ou Programa de Demissão Voluntária, no âmbito federal, servindo como referência para a análise de mecanismos de gestão de pessoal. Considerando estritamente as disposições da legislação citada, indique a única assertiva que descreve corretamente uma regra do PDV.

- (A) O deferimento definitivo da inclusão no PDV de servidor que esteja respondendo a procedimento administrativo ou procedimento penal dependerá da conclusão do processo no prazo máximo de 120 dias, a contar da data de encerramento do prazo de adesão, com decisão pelo não-cabimento da pena de demissão, para fins de adesão ao Programa, a data constante do seu pedido.
- (B) Caso o pedido de adesão ao PDV seja indeferido pela Administração Pública por não preenchimento dos requisitos legais, caberá recurso administrativo dirigido à autoridade hierarquicamente superior, a ser interposto no prazo de 10 dias da publicação do indeferimento.
- (C) Para o cálculo dos incentivos financeiros do PDV, a remuneração mensal do servidor abrangerá o vencimento básico, as vantagens permanentes e os adicionais de caráter individual, incluindo-se também a retribuição pelo exercício de cargo de direção ou chefia eventualmente percebida nos últimos seis meses.
- (D) Os cargos que vagarem em decorrência da adesão de servidores ao PDV poderão ser providos por meio de novo concurso público, desde que haja dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### ➤ DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

**47.** A execução trabalhista segue rito específico previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com prazos e procedimentos próprios. Em conformidade estrita com as normas da CLT sobre o mandado e a penhora na execução trabalhista, identifique a proposição que se mostra correta.

- (A) Caso o oficial de justiça procure o executado por uma única vez e não o encontre para a citação, será realizada a citação por edital, publicado no jornal oficial ou afixado na sede do Juízo pelo prazo de 10 (dez) dias.
- (B) O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no Código de Processo Civil.
- (C) Se o executado não efetuar o pagamento nem garantir a execução no prazo de 48 horas, seguir-se-á a penhora de seus bens, sendo os juros de mora sobre a condenação devidos apenas a partir da data da citação para a execução.
- (D) A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de sessenta dias a contar da citação do executado, mesmo com a garantia do juízo.

EM BRANCO

**48. O sistema recursal trabalhista, delineado na Consolidação das Leis do Trabalho, possui particularidades quanto aos prazos, efeitos e pressupostos de admissibilidade, exigindo atenção da Procuradoria Jurídica Municipal na defesa dos interesses do ente público em juízo. Tendo em vista as normas da CLT sobre recursos, indique a única asserção que se mostra processualmente adequada.**

- (A) Os recursos na Justiça do Trabalho, incluindo o Recurso Ordinário, possuem, em regra, efeito suspensivo, impedindo a execução provisória da sentença até o trânsito em julgado.
  - (B) O Recurso de Revista seria cabível das decisões proferidas pelo TRT em execução de sentença, caso ficasse demonstrada violação literal de disposição de lei federal ou divergência jurisprudencial com outro Regional.
  - (C) Os Embargos de Declaração opostos interrompem o prazo para a interposição de outros recursos por qualquer das partes, salvo se forem considerados intempestivos, contiverem irregularidade de representação ou ausência de assinatura.
  - (D) No Recurso de Revista, não é ônus da parte indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista.
- 

**49. No contexto do Direito Processual do Trabalho, a terceirização no âmbito da Administração Pública é tema de intensa relevância jurídica, especialmente quanto à responsabilidade pelos encargos trabalhistas. À luz da legislação e da jurisprudência consolidada, assinale a alternativa correta.**

- (A) A Administração Pública responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas não adimplidas pela empresa contratada, ainda que não comprovada culpa na fiscalização do contrato.
  - (B) A contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública é ilícita, mesmo quando precedida de regular processo licitatório.
  - (C) A responsabilidade da Administração Pública por débitos trabalhistas de empresa contratada é de natureza subsidiária, e somente pode ser reconhecida se houver comprovação de culpa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora.
  - (D) A Administração Pública direta e indireta responde automaticamente pelos encargos trabalhistas de todos os contratos de prestação de serviços firmados com particulares, independentemente de fiscalização.
- 

**50. Sobre execução trabalhista, após a penhora e avaliação dos bens do devedor, culmina na expropriação por meio da arrematação, cujo procedimento é regido por prazos específicos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com base estrita no que dispõe a CLT sobre os prazos relacionados à avaliação e ao anúncio da arrematação, identifique a única assertiva que está em conformidade com a legislação.**

- (A) A avaliação do bem penhorado deve ser concluída no prazo de dez dias, contados da data da nomeação do avaliador, e a arrematação subsequente deve ser anunciada por edital com a antecedência mínima de vinte dias.
  - (B) O prazo para conclusão da avaliação do bem é de vinte dias, contados da nomeação do avaliador, enquanto o edital que anuncia a arrematação deve ser publicado com antecedência mínima de dez dias.
  - (C) Concluída a avaliação, o que deve ocorrer em até dez dias da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação, cujo edital de anúncio deverá ser publicado com antecedência mínima de quinze dias.
  - (D) O avaliador nomeado dispõe de quinze dias para concluir a avaliação do bem penhorado, e o edital de arrematação deve ser publicado no jornal local com antecedência de, no mínimo, trinta dias.
-

EM BRANCO

EM BRANCO